



O Município de Gaspar, através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE); Divulga:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 189/2021
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2021

TÍTULO: AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES.

Tipo de Licitação: Menor Preço.

Forma de Julgamento: Por item.

Forma de Fornecimento: Única.

Valor Estimado da Licitação: R\$ 475.670,38 (Quatrocentos e setenta e cinco mil, seiscentos e setenta reais e trinta e oito centavos).

Regência: Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 9.085/2019, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 7.241/2016, Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

O MUNICÍPIO DE GASPAR, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, dispondo no presente Edital as condições de sua realização.

LOCAL: Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico www.comprasbr.com.br.

- **RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** A partir das 08h00min do dia 14/10/2021.
- **ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** Às 09h00min do dia 25/10/2021.
- **INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** Às 09h30min do dia 25/10/2021.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o **horário de Brasília/DF**.

1. DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a **Aquisição de tubos e conexões**, conforme as características descritas no **ANEXO I - Termo de Referência** e **ANEXO II - Proposta de Preços**.

1.2 A justificativa para a presente contratação encontra-se especificada no **ANEXO I - Termo de Referência** do presente Edital.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Portal de Licitações Compras BR** no endereço eletrônico www.comprasbr.com.br.

2.2 Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro do Município de Gaspar/SC, devidamente designado pela autoridade competente, mediante a inserção de sua chave de acesso e senha, sendo a abertura prevista para a data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, observando os procedimentos, regras e condições estabelecidos neste Edital e seus anexos.



2.3 O Edital encontra-se disponível para consulta no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, localizado no Edifício Edson Elias Wieser, 2º Andar, sito a Rua São Pedro, nº 128, Centro, CEP 89.110-082 na cidade de Gaspar/SC, em dias úteis, no horário de expediente, bem como no sítio eletrônico oficial do Município de Gaspar, endereço eletrônico www.gaspar.sc.gov.br e no **Portal de Licitações Compras BR** no endereço eletrônico www.comprasbr.com.br

2.3.1 **Horário de expediente da Prefeitura:** das 8h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

3. CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 Serão admitidos a participar desta Licitação, empresários, sociedades empresárias e outros entes os quais legalmente se dediquem à exploração da atividade econômica relativa ao objeto da futura contratação, que atendam a todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus anexos e que estejam devidamente cadastrados e credenciados no **Portal de Licitações Compras BR** no endereço eletrônico www.comprasbr.com.br, que atuará como órgão provedor do Sistema Eletrônico.

3.2 Ao apresentar proposta a proponente SE OBRIGA E DECLARA TER ACEITO os termos do presente Edital.

3.3 OS ITENS 4 E 6 SÃO DE PARTICIPAÇÃO GERAL DOS INTERESSADOS

3.3.1 OS DEMAIS ITENS SÃO RESERVADOS PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, CONFORME ESTABELECE O ART. 48, INCISO "I" DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E ART. 6º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 7.241/2016.

3.4 Será vedada a participação de empresas na licitação, quando:

a) Suspensas temporariamente de participar em licitação, impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e declaradas inidôneas por ato do Poder Público, em quaisquer de seus órgãos, ainda que descentralizados e que constem no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas - CEIS, acessível por meio do Portal da Transparência, disponível no endereço eletrônico www.portaltransparencia.gov.br.

b) Enquadradas nas disposições do art. 9º, da Lei Federal nº 8.666/93;

c) Participe, seja a que título for, servidor público municipal de Gaspar.

3.4.1 Não será admitida nesta Licitação a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias, entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição, e estrangeiras que não funcionem no país.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1 Os licitantes interessados em participar do presente processo licitatório deverão cadastrar-se previamente perante o provedor do sistema eletrônico, através do **Portal de Licitações Compras BR** no endereço eletrônico www.comprasbr.com.br.

4.2 O Credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

4.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.4 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Gaspar qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.



5. DA HABILITAÇÃO

5.1 A proponente deverá encaminhar por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com a proposta de preços, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e dos documentos de habilitação, os seguintes documentos:

5.1.1 Habilitação Jurídica:

5.1.1.1 No caso de empresário individual: Registro Comercial e cédula de identidade, ou;

5.1.1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;

5.1.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, ou;

5.1.1.4 No caso de sociedade por ações, ato constitutivo e estatuto em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

5.1.1.5 No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971, ou;

5.1.1.6 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, ou;

5.1.1.7 No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

5.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

5.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

5.1.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

5.1.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual.

5.1.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal.

5.1.2.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

5.1.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Observação 1:

- a) As certidões negativas ou positivas com efeito de negativas deverão ser do domicílio ou sede do licitante.
- b) As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda documentação para comprovação de regularidade fiscal, MESMO QUE ESTA APRESENTE ALGUMA RESTRIÇÃO, conforme estabelecido no art. 43 da LC nº 123/2006 e LC nº 147 de 07/08/2014.
- c) A AUSÊNCIA de documentação de Regularidade Fiscal por parte das Microempresas ou



Empresas de Pequeno Porte importará em Inabilitação da mesma.

- d) As certidões negativas ou positivas com efeito de negativas deverão constar a data de validação e de validade.
- e) Quando se tratar de documento obtido através da Internet, este deve possuir elementos para a sua verificação, uma vez que PODERÁ ter sua validade confirmada pelo Pregoeiro e equipe de apoio.

OBSERVAÇÃO 2:

- a) Os documentos enviados eletronicamente devem ser versões digitalizadas dos originais assinados.
- b) Os documentos remetidos eletronicamente **PODERÃO** ser solicitados, a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro, em original ou por cópia autenticada por tabelião ou autenticada por servidor do Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Gaspar.
- c) Os originais ou cópias autenticadas, **CASO SEJAM SOLICITADOS**, deverão ser encaminhados aos cuidados do Pregoeiro, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, localizado no Edifício Edson Elias Wieser, 2º Andar, sito a Rua São Pedro, nº 128, Centro, CEP 89.110-082 na cidade de Gaspar/SC.

5.2 Ao Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar do licitante, em qualquer tempo, no curso da Licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues.

5.3 A **FALTA** de quaisquer dos documentos exigidos no Edital, implicará **INABILITAÇÃO** do licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

5.4 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

5.5 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.5.1 NÃO HÁ NECESSIDADE DE ENVIO DE PROPOSTA OU DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO APÓS ENCERRADA A ETAPA DE LANCES, SOMENTE CASO O PREGOEIRO SOLICITE NA SESSÃO.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste edital, com a descrição do objeto ofertado e o preço, conforme as características descritas no **ANEXO II - Proposta de Preços, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e dos documentos de habilitação.**

6.1.1 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

6.2 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) **VALOR UNITÁRIO DO ITEM** não podendo ultrapassar os valores unitários máximos previstos pela Administração Municipal, conforme estabelecido no Anexo II - Proposta de Preços, sob pena de desclassificação do licitante na forma de julgamento deste Edital;
- b) Marca e
- c) Descrição detalhada do objeto cotado.

6.2.1 Não serão aceitas descrições genéricas do objeto como: “conforme Edital”, “atendemos o Edital”



dentre outras, sem especificar o material ofertado.

6.2.1.1 Deverá ser proposta apenas **1 (UMA) MARCA** para cada item.

6.2.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.2.3 Não poderá ser incluído no registro da proposta eletrônica qualquer nome, texto, elemento ou caractere que possa identificar o licitante, sob pena de **DECLASSIFICAÇÃO** da proposta e aplicação de sanção administrativa prevista neste edital.

6.3 Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente nacional com, no máximo, **2 (duas) casas decimais** após a vírgula, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como o custo de transporte, inclusive carga e descarga, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa vencedora desta Licitação. No caso de licitante cooperativa, deverá estar incluso no preço o INSS que deverá ser pago pelo Município, conforme determinado pelo art. 22, inciso IV, da Lei nº 8.212/91 e alterações realizadas pela Lei nº 9.876/99.

6.4 O prazo de validade da proposta será de 60 dias, a contar da data de abertura da sessão pública.

6.4.1 Caso o prazo estabelecido no item 6.4 não esteja expressamente indicado na proposta, este será considerado como aceito para efeito de julgamento.

6.5 O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

6.6 O licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

6.7 O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

6.8 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos estabelecidos nos itens 6.5, 6.6 e 6.7 sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

6.9 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.10 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.11 A apresentação da proposta será considerada como evidência de que o licitante **EXAMINOU CRITERIOSAMENTE OS DOCUMENTOS DESTA EDITAL, SEUS ANEXOS E QUE OS PRODUTOS/SERVIÇOS QUE FORAM COTADOS APRESENTAM TODAS AS CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA**, conforme ANEXO I do Edital.

6.12 A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO IMPLICA NA PLENA ACEITAÇÃO, POR PARTE DA PROPONENTE, DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data e horário indicados neste Edital, por meio de sistema eletrônico, através do **Portal de Licitações Compras BR** no endereço eletrônico **www.comprasbr.com.br**.

7.2 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.3 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.



7.3.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.3.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da etapa de envio de lances.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.1.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor correspondente ao **PREÇO POR ITEM**.

8.2 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes neste Edital.

8.3 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.3.1 Entende-se por lances intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante.

8.4 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.5 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.6 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.6.1 Se a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, através de publicação no sítio eletrônico oficial do Município de Gaspar, disponível no endereço eletrônico www.gaspar.sc.gov.br.

8.7 Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.

8.8 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

9. DO MODO DE DISPUTA

9.1 Será adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico o **modo de disputa aberto**.

9.1.1 Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de valor correspondente ao **PREÇO POR ITEM**.

9.1.2 A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.1.2.1 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá



sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.1.3 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 9.1.2 e 9.1.2.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.1.4 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do item 9.1.2.1, o pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

10. DO EMPATE LEGAL (art. 44 e 45 da LC nº 123/2006)

10.1 Após a fase de lances, procedida a classificação provisória e verificado que a melhor oferta **não** foi apresentada por **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** licitante, o Pregoeiro verificará o eventual empate legal das propostas (**empate fictício**), na forma do parágrafo 2º do art. 44 da LC nº 123/2006, para aplicação do disposto no art. 45 da mesma Lei; que, caso ocorrido, proceder-se-á da seguinte forma:

- I - a **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** melhor classificada poderá apresentar lance inferior àquela considerada vencedora da classificação provisória, situação em que, após a verificação da regularidade fiscal (na fase de habilitação), será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- II - não apresentando lance a **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, na forma do inciso I deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do parágrafo 2º do art. 44 da LC nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas **Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte** que se encontrem nos intervalos estabelecidos no parágrafo 2º do art. 44 da LC nº 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que poderá apresentar melhor oferta.

10.2 O prazo para apresentação do lance será de **até 05 (cinco) minutos** após a notificação via sistema ao interessado, sob pena de preclusão do direito de inovar em seu preço (art. 45, parágrafo 3º da LC nº 123/2006).

10.3 Na hipótese de não haver interesse por parte da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte de inovar em seu preço, nos termos previstos no caput do artigo 45 da LC nº 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.4 Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 10 e subitens, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

10.4.1 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

11. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

11.1 Encerrada a etapa de envio de lances, o Pregoeiro **PODERÁ** encaminhar, via sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

11.1.1 **SOMENTE NO CASO DE TER OCORRIDO NOVA NEGOCIAÇÃO E APÓS A SOLICITAÇÃO DO PREGOEIRO NO SISTEMA**, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida, que atendam as especificações do **ANEXO I - Termo de Referência** e **ANEXO II - Proposta de Preços**.

11.1.2 Para facilitar o julgamento, solicita-se aos licitantes que apresentem suas propostas conforme o **ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS**.

11.1.3 O licitante terá o prazo de **2 (duas) horas**, **CONTADO DA SOLICITAÇÃO DO PREGOEIRO**



NO SISTEMA, para envio da proposta.

11.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.3 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

12.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, e verificará a habilitação do licitante, decidindo motivadamente a respeito.

12.2 Será desclassificada a proponente que:

- a) deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;
- b) apresentar oferta de vantagem não prevista no Edital ou vantagem baseada nas propostas dos demais proponentes;
- c) apresentar preços que ultrapassem os **valores máximos** estipulados no Edital (artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002).

12.3 Caso entenda necessário, o Pregoeiro ou a Autoridade Competente poderá instaurar diligência para fins de aferição de exequibilidade das propostas. Tal diligência poderá ocorrer em qualquer fase da licitação, sendo que o Pregoeiro ou a Autoridade Competente poderá determinar que o licitante faça prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através:

- a) da apresentação de planilha de custos; ou
- b) da comprovação (documentos, notas fiscais, recibos etc.) que o preço proposto é coerente com os de mercado e que tem condições de cumprir com as obrigações assumidas.

12.4 A diligência servirá como subsídio para decisão do Pregoeiro ou da Autoridade sobre a aceitabilidade da Proposta apresentada com indício de ser inexequível.

13. DOS PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

13.1 Encerrada a etapa de aceitabilidade da proposta, o Pregoeiro verificará a Documentação de Habilitação do licitante vencedor, para confirmação da sua habilitação, com base nas exigências constantes neste Edital.

13.1.1 Na **hipótese** de necessidade de envio de documentos complementares **CONFORME SOLICITAÇÃO DO PREGOEIRO** na própria sessão pública (no campo próprio de mensagens, que deverá ser acompanhada pelos interessados), os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido pelo Pregoeiro.

13.1.2 A verificação pelo pregoeiro e equipe de apoio nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.2 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora.

13.2.1 Será julgada inabilitada a proponente que:

- a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital;
- b) deixar de apresentar algum dos documentos exigidos no Edital para comprovação da habilitação, independente de ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- c) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal, que dificulte, impossibilite a compreensão ou invalide o documento;
- d) apresentar declaração ou qualquer outro documento com conteúdo falso ou adulterado;
- e) apresentar documento de regularidade fiscal ou trabalhista vencido. Não se aplica esta regra quando o licitante for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

13.3 Do julgamento da habilitação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (art. 42 e 43 da LC nº 123/2006)

13.3.1 Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, o Pregoeiro adotará o seguinte



procedimento quando a vencedora for **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**:

- a) serão analisados os documentos **não** integrantes da regularidade fiscal e trabalhista, aplicando-se o disposto no item 13.2.1 “a”, “b”, “c” e “d” deste Edital;
- b) serão analisados os documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista, declarando-se:
 - I - O atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação, caso se verifique que toda a documentação está regular; ou
 - II - O desatendimento das exigências constantes do Edital, caso se verifique a restrição, ou seja, que alguma certidão foi apresentada vencida, sendo suspenso o julgamento da habilitação referente à regularidade fiscal e trabalhista em relação aquela **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** licitante. Neste caso, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, mediante requerimento, para que a interessada providencie a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.3.2 A não-regularização da documentação de regularidade fiscal ou trabalhista, no prazo previsto no inciso II da alínea “b” do item 13.3.1 deste Edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, retomando a licitação na forma do item 10 e seguintes, ou revogar a licitação ou item da licitação conforme o caso.

14. DA NEGOCIAÇÃO APÓS A FASE COMPETITIVA (LANCES)

14.1 Nos casos de desclassificação do licitante pelo fato de a oferta não ser aceitável ou se o licitante foi considerado inabilitado, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital.

14.2 Ocorrendo uma das situações previstas no item 14.1 do Edital, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor (art. 4º, XVII da Lei nº 10.520/2002).

14.3 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação e constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o Pregoeiro declarará a proponente vencedora.

15. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

15.1 Declarado o vencedor, o Pregoeiro proporcionará a oportunidade aos licitantes para que, no prazo de 10 (dez) minutos, **no campo próprio disponibilizado pelo sistema**, se manifestem acerca da intenção de interpor recurso contra as decisões e atos praticados na sessão, esclarecendo que a falta desta manifestação imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte dos licitantes.

15.1.1 O licitante que desejar interpor recurso deverá manifestar motivadamente, **no campo próprio disponibilizado pelo sistema**, sua intenção de interpor recurso onde reduzirá a termo a síntese dos motivos para a futura impetração de recurso, indicando de forma clara e objetiva os atos e decisões que pretende impugnar, ficando a empresa cientificada que as razões de recurso ficam vinculadas a sua manifestação na sessão.

15.1.2 A apresentação de razões de recurso diversa da intenção de recurso apresentada na sessão implicará no não conhecimento do Recurso na parte em que inovou, bem como a não entrega das razões de recurso importará na preclusão do direito de recurso.

15.2 É vedada a utilização de recurso como expediente protelatório ou que vise a tumultuar o procedimento da Licitação.

15.2.1 Identificado tal comportamento poderá o Pregoeiro ou a Autoridade superior arquivar sumariamente os expedientes.

15.3 O prazo para apresentação das razões do recurso é de 3 (três) dias úteis, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões, em igual número de dias, que começará a correr do término do prazo da recorrente.



15.4 Os recursos e contrarrazões de recurso deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e protocolados em documento original diretamente no Departamento de Compras e Licitações, localizado no Edifício Edson Elias Wieser, 2º Andar, sito a Rua São Pedro, nº 128, Centro, CEP 89.110-082, Município de Gaspar/SC, em dias úteis, no horário de expediente, o qual deverá recebê-lo, examiná-lo e submetê-lo à Autoridade competente que decidirá sobre a pertinência.

Observação: Também serão reconhecidos os recursos e contrarrazões de recurso enviados para o e-mail pregaoeletronico@gaspar.sc.gov.br desde que remetidos tempestivamente, devendo ser mencionado no assunto do e-mail o número do Processo Licitatório e o número do Pregão Eletrônico.

15.5 A ausência da proponente ou sua saída antes do término da Sessão Pública de Pregão Eletrônico caracterizar-se-á renúncia ao direito de recorrer.

15.6 A Administração não se responsabiliza pela falha na entrega dos recursos ou contrarrazões, uma vez que a entrega é opcional e de responsabilidade exclusiva da interessada.

15.7 Não serão conhecidos os recursos ou as contrarrazões de recursos interpostos fora do prazo estabelecido no Edital, e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente e/ou não identificado para responder pela proponente.

15.8 Na contagem dos prazos estabelecidos para apresentação de recursos ou contrarrazões de recursos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias úteis e o horário de expediente do Departamento de Compras e Licitações.

15.8.1 O Departamento de Compras e Licitações do Município atende em dias úteis das 8h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

16. DO JULGAMENTO DOS RECURSOS

16.1 Após a manifestação dos interessados, o Pregoeiro fará análise dos recursos e das contrarrazões manifestando-se formalmente sobre o conteúdo dos mesmos, podendo:

- a) manter as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo não provimento dos recursos;
- b) rever as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo provimento dos recursos;

16.2 Após análise e manifestação do Pregoeiro sobre os recursos, o processo poderá ser submetido à análise da Procuradoria-Geral do Município.

16.3 A Autoridade competente emitirá a Decisão Final.

16.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame e homologará o procedimento licitatório.

16.5 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.6 Não caberá recurso administrativo contra a Decisão Final da Autoridade Competente.

17. DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA VENCEDORA DA LICITAÇÃO

17.1 Quando o critério de julgamento da licitação for menor preço por lote ou global, a empresa vencedora deverá apresentar exclusivamente via sistema, em até **2 (duas) horas** após o término da sessão, a proposta de preço readequada, ficando desde já estabelecido que para evitar o jogo de planilhas, deve ser aplicado a todos os itens o percentual de desconto ofertado, considerando-se o valor proposto na proposta inicial e o valor final após a fase de lances para cada lote.

17.1.1 Para facilitar o julgamento, solicita-se aos licitantes que apresentem suas propostas conforme o **ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS**.

17.2 A proposta readequada não poderá ter preço unitário superior ao apresentado na proposta de preços inicial, caso tal situação seja necessária deverá ser apresentada justificativa, a qual será avaliada pela Administração, sendo que em nenhum caso a proposta readequada poderá ter valor global ou do lote superior aos valores ofertados na fase de lance, devendo sempre ser apresentado valores com no máximo 2 (duas) casas decimais, e caso seja necessário realizar algum arredondamento, o mesmo sempre deve ser para baixo.



17.3 Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, no prazo de até 2 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

18. DA HOMOLOGAÇÃO

18.1 Em não sendo interposto recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto ao(s) licitante(s) vencedor(es) e encaminhar o processo à Autoridade competente para a sua homologação.

18.2 Caso haja recurso, a adjudicação do objeto ao(s) licitante(s) vencedor(es) e a homologação do processo será efetuada pela Autoridade competente, e somente ocorrerá após apreciação do Pregoeiro sobre o mesmo.

19. DA CONTRATAÇÃO

19.1 Homologado o processo licitatório pela Autoridade Competente será editado contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

19.2 Após a edição do Contrato a **CONTRATADA** será convocada via e-mail para assinar o mesmo, devendo firmá-lo em até 5 (cinco) dias úteis após a convocação.

19.3 A não manifestação do licitante no prazo indicado será considerada recusa, ensejando a decadência do direito de fornecimento e a aplicação de multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da proposta.

19.4 Nas hipóteses de recusa do adjudicatário em assinar o Contrato, será convocado o licitante que tenha apresentado a segunda melhor oferta classificada, obedecidos aos procedimentos referidos no item "DOS PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO" do presente Edital, atendendo ao disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520/2002.

19.5 O disposto no item anterior poderá sempre se repetir até a efetiva celebração da contratação, observadas as ofertas anteriormente apresentadas pelos licitantes, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

19.6 Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

19.6.1 Nas situações previstas no item anterior o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

20. DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

20.1 A **CONTRATADA** deverá prestar o fornecimento conforme estabelecido no Edital e seus Anexos, e **de acordo com as especificações do Anexo I - Termo de Referência.**

20.2 O atraso na execução regular das obrigações assumidas acarretará na suspensão dos pagamentos, além das penalidades previstas neste Edital, no Contrato ou na Lei.

20.3 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela empresa enseja a aplicação das penalidades previstas no Contrato, inclusive multa no valor de até 20% (vinte por cento) do Contrato firmado entre as partes.

20.4 A **CONTRATADA** será responsável por eventuais danos havidos na execução dos serviços, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

20.5 A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessário em até 25% do valor inicial atualizado do contrato.

20.6 A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato



somente poderá ser dada, se a **CONTRATADA** comprovar o pleno atendimento ao disposto no Art. 65, II, "d" da Lei nº 8.666/1993, mediante apresentação de requerimento fundamentado, acompanhado dos documentos que comprovem os fatos alegados.

20.7 Os valores poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, pelo INPC, ou por outro que venha a substituí-lo.

21. DO PRAZO CONTRATUAL, DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

21.1 O prazo de vigência do Contrato será de 01 (um) ano, iniciando na data de sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, observando o limite estabelecido no parágrafo 4º do art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

21.2 A aquisição do objeto far-se-á de forma **ÚNICA**, conforme a necessidade do SAMAE, que procederá a solicitação através de Ordem de Fornecimento (OF), que será encaminhada dentro do prazo de vigência do contrato.

21.3 Após o encaminhamento e o recebimento por parte do fornecedor da OF, o objeto relacionado na mesma deverá ser entregue **no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias**, após a sua solicitação, em horário de expediente, nas condições estipuladas no Edital e seus Anexos, no seguinte endereço:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO (SAMAE) - Rua João Vieira, nº 189, Bairro Santa Terezinha, CEP 89.114-320, Gaspar/SC.

Horário de Atendimento: 07h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.

21.3.1 PODERÃO SER SOLICITADAS ENTREGAS EM OUTROS LOCAIS NÃO ESPECIFICADOS NESTE EDITAL, FICANDO O FORNECEDOR OBRIGADO A ENTREGAR, DESDE QUE O LOCAL INDICADO SEJA DENTRO DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

21.4 No ato da entrega do objeto a contratada deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.

21.5 Fica aqui estabelecido que os objetos serão recebidos:

- a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) **definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade do material e a consequente aceitação.

21.5.1 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, que se dará em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório.

21.6 Os objetos que forem recusados (tanto no recebimento provisório ou antes do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo definido pelo fiscal do contrato e de acordo com as determinações do Termo de Referência, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

21.7 Se a substituição dos objetos não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas no Edital, na Minuta do Contrato e na Lei.

21.8 Caso seja comprovado que os produtos entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados à Administração.

22. DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1 O pagamento será efetuado **em até 20 (vinte) dias**, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo responsável do setor requerente, através de Depósito Bancário ou Chave PIX.

22.2 Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de



cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e perante o FGTS.
22.3 Nenhum pagamento será efetuado à empresa enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

22.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

22.5 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas por culpa da Administração o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC.

22.6 As despesas decorrentes de aquisição do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos especificados no orçamento do Município e nos demais órgãos e entidades usuárias, existentes na seguinte dotação:

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE

Ação		Dotação		Conferido
13.26.17.512.0025.2116	Ampliação/Manut. da Rede de Água e Esgoto e Drenagem	18	3.3.90	
13.26.17.512.0025.2116	Ampliação/Manut. da Rede de Água e Esgoto e Drenagem	21	4.4.90	

<i>Itens: 04, 05 e 06</i>	<i>Ampliação</i>	<i>Dotação 4.4.90</i>	<i>Ano 2021</i>
<i>Demais Itens</i>	<i>Manutenção</i>	<i>Dotação 3.3.90</i>	

23. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

23.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1 Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do presente Edital de Pregão Eletrônico, no prazo e forma previstos nos itens seguintes.

24.1.1 A impugnação ao ato convocatório será recebida em **até 02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, até as 17h00min, obedecendo ao horário de expediente da Prefeitura Municipal de Gaspar (das 8h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min),

24.1.2 A impugnação deverá ser enviada para o e-mail pregaoeletronico@gaspar.sc.gov.br, dirigida ao Pregoeiro, devendo ser mencionado no assunto do e-mail o número do Processo Licitatório e o número do Pregão Eletrônico.

24.1.3 O Pregoeiro decidirá sobre a impugnação no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento da mesma. Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando resultar alteração no Edital e esta, inquestionavelmente, não afetar a formulação das propostas.

24.1.4 Não serão reconhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo estipulado no item 24.1.1 e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente e/ou não identificado para responder pela proponente.

24.2 Os interessados que tiverem dúvidas de caráter técnico quanto à interpretação dos termos deste Edital poderão solicitar **esclarecimentos** em **até 03 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, até as 17h00min, obedecendo ao horário de expediente da Prefeitura Municipal de Gaspar, através do e-mail pregaoeletronico@gaspar.sc.gov.br, dirigido ao Pregoeiro, devendo ser mencionado no assunto do e-mail o número do Processo Licitatório e o número do Pregão Eletrônico.

24.2.1 Não serão reconhecidas as solicitações de esclarecimentos apresentadas fora do prazo estipulado no item 24.2.



25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1 Às proponentes que ensejarem o retardamento na execução do certame, seja parcial ou total, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar, ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, comportarem-se de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município pelo infrator:

- a) advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;
- b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta apresentada pela proponente;
- c) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos consecutivos.

25.2 Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

25.3 Caberá aplicação da penalidade de advertência nos casos de infrações leves que não gerem prejuízo à Administração.

25.4 Caberá aplicação de multa de até 20% calculada sobre o valor total da Proposta de Preços do licitante ou do valor total do Contrato, nas seguintes proporções e casos:

- a) Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato; Multa de 10%, calculada sobre o valor total da proposta;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame; Multa de 10%, calculada sobre o valor total da proposta;
- c) apresentar documentação falsa exigida para o certame; Multa de 20%, calculada sobre o valor total da proposta;
- d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto; Multa de 10%, calculada sobre o valor total da proposta;
- e) não manter a proposta de preços; Multa de 10%, calculada sobre o valor total da proposta;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato; Multa de 20%, calculada sobre o valor total da proposta;
- g) comportar-se de modo inidôneo; Multa de 20%, calculada sobre o valor total da proposta;
- h) cometer fraude fiscal; Multa de 20%, calculada sobre o valor total da proposta;
- i) Em caso de atraso ou não cumprimento dos prazos por culpa da **CONTRATADA**, será aplicada a penalidade de Multa de 0,5% por dia de atraso, até o limite de 10 dias, calculada sobre o valor total do pedido;
- j) Em caso de não providenciar a entrega ou providenciar com mais de 10 dias de atraso; Multa de 10% sobre o valor total do item ou dos itens relacionados na Ordem de Fornecimento.

25.5 Sem prejuízo da aplicação de multa caberá aplicação da penalidade de Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios, nos seguintes prazos e casos:

- a) Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato; 2 (dois) anos mais multa;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame; 1 (um) ano mais multa;
- c) apresentar documentação falsa exigida para o certame; 5 (cinco) anos mais multa;
- d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto; 1 (um) ano mais multa;
- e) não manter a proposta de preços; 1 (um) ano mais multa;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato; 4 (quatro) anos mais multa;
- g) comportar-se de modo inidôneo; 5 (cinco) anos mais multa;
- h) cometer fraude fiscal; 5 (cinco) anos mais multa.

25.6 Em todo caso o licitante terá direito ao contraditório e ampla defesa.

25.6.1 Em respeito ao princípio do contraditório e ampla defesa, poderá o licitante apresentar defesa prévia no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação sobre a irregularidade ou aplicação da penalidade.



25.7 É facultado ao licitante apresentar recurso contra aplicação de penalidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

25.8 As multas sempre que possível serão descontadas diretamente da garantia prestada, dos valores devidos à **CONTRATADA** e caso o saldo seja insuficiente, deverão ser recolhidas via guia de recolhimento emitida pelo Departamento de Tributação, devendo ser comprovada a quitação no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a emissão da guia.

25.9 Caso não seja recolhido o valor da multa no prazo estabelecido, o licitante será inscrito em dívida ativa do Município, sendo o valor executado judicialmente.

25.10 As penalidades de Advertência, Multa e Impedimento de Licitar, poderão ser aplicadas por qualquer Secretário Municipal requisitante.

25.11 Os recursos deverão ser encaminhados à autoridade que aplicou a penalidade, sendo que após sua análise será submetida à Decisão da Autoridade hierarquicamente Superior.

26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1 A presente Licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado para conhecimento dos participantes da licitação.

26.2 As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.3 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação.

26.4 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

26.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, firmando-se que só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal na Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa.

26.6 As proponentes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

26.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

26.8 As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

26.9 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

26.10 A participação da proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

26.11 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será **automaticamente transferida** para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

26.12 Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes nas Leis citadas no preâmbulo deste Edital.

26.13 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, divulgado pelo sistema e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



26.14 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o foro da Comarca de Gaspar/SC, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro.

26.15 São partes integrantes deste Edital:

- a) Anexo I - Termo de Referência;
- b) Anexo II - Proposta de Preços;
- c) Anexo III - Minuta do Contrato;

O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

Edital elaborado de acordo com o Termo de Referência por: Anny Daniela Bazzan, matrícula nº 14.002.

Gaspar/SC, 17 de setembro de 2021.

CLEVERTON JOÃO BATISTA
Diretor-Presidente do SAMAE



ANEXO I
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 189/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2021
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste Termo de Referência a **Aquisição de tubos e conexões**, conforme as quantidades e características técnicas descritas na Tabela 1.

ATENÇÃO!!!

As empresas participantes que apresentarem propostas aos Tubos de PVC para Infra-Estrutura (Itens 04, 05 e 06) e Tubos e Conexões de PVC para Sistemas Hidráulicos Prediais (Itens 01, 02, 03, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 19, 21 e 22) deverão ser credenciadas no Programa PBQP-H. Em caso de serem representantes ou distribuidores, deverão ofertar apenas materiais de empresas qualificadas no programa.

Tabela 1.

MATERIAIS 01: TUBOS EM PVC E PEAD

Item	Descrição do Material	Unid	Quant
01 PBQP-H	TUBO DE PVC 6,3 C/ PONTA E BOLSA SOLDÁVEL (0,50/0,75 Mpa) - DE 20 mm Tubo de PVC 6,3, extrudado, marrom, com ponta e bolsa para junta soldável, para aplicação sob pressão nominal de 0,50 Mpa e máximas pressões de serviço de 0,75 MPa, classe 15, fabricado de acordo com as Normas ABNT NBR 5648, para instalações prediais de água fria. Nota: Os tubos devem ser fornecidos em barras de 6 (seis) metros de comprimento.	m	504
02 35594 PBQP-H	TUBO DE PVC 6,3 C/ PONTA E BOLSA SOLDÁVEL (0,50/0,75 Mpa) - DE 25 mm Tubo de PVC 6,3, extrudado, marrom, com ponta e bolsa para junta soldável, para aplicação sob pressão nominal de 0,50 Mpa e máximas pressões de serviço de 0,75 MPa, classe 15, fabricado de acordo com as Normas ABNT NBR 5648, para instalações prediais de água fria. Nota: Os tubos devem ser fornecidos em barras de 6 (seis) metros de comprimento.	m	120
03 55013 PBQP-H	TUBO DE PVC 6,3 C/ PONTA E BOLSA SOLDÁVEL (0,50/0,75 Mpa) - DE 32 mm Tubo de PVC 6,3, extrudado, marrom, com ponta e bolsa para junta soldável, para aplicação sob pressão nominal de 0,50 Mpa e máximas pressões de serviço de 0,75 MPa, classe 15, fabricado de acordo com as Normas ABNT NBR 5648, para instalações prediais de água fria. Nota: Os tubos devem ser fornecidos em barras de 6 (seis) metros de comprimento.	m	300



04 55015 PBQP-H	TUBO DE PVC 6,3 C/ PONTA E BOLSA JEI (0,75 Mpa) - DE 60 mm Tubo de PVC 6,3, extrudado, com ponta e bolsa de junta elástica integrada, para aplicação sob pressão nominal de 0,50 Mpa e máxima pressão de serviço de 0,75 Mpa, Classe 15, fabricado de acordo com as Normas ABNT NBR 5647-1 e 5647-3 para rede de distribuição de água potável. Notas: Como cada tubo deve apresentar uma medida equivalente, no mínimo, 5,88 m de comprimento de montagem, a quantidade total de tubos, em metros, adquiridos e fornecidos deve ser correspondente a múltiplos deste valor.	m	4.002
05 55016 PBQP-H	TUBO DE PVC 6,3 C/ PONTA E BOLSA JEI (0,75 Mpa) - DE 85 mm Tubo de PVC 6,3, extrudado, com ponta e bolsa de junta elástica integrada, para aplicação sob pressão nominal de 0,50 Mpa e máxima pressão de serviço de 0,75 Mpa, Classe 15, fabricado de acordo com as Normas ABNT NBR 5647-1 e 5647-3 para rede de distribuição de água potável. Notas: Como cada tubo deve apresentar uma medida equivalente, no mínimo, 5,88 m de comprimento de montagem, a quantidade total de tubos, em metros, adquiridos e fornecidos deve ser correspondente a múltiplos deste valor.	m	1.500
06 55017 PBQP-H	TUBO DE PVC 6,3 C/ PONTA E BOLSA JEI (0,75 Mpa) - DE 110 mm Tubo de PVC 6,3, extrudado, com ponta e bolsa de junta elástica integrada, para aplicação sob pressão nominal de 0,50 Mpa e máxima pressão de serviço de 0,75 Mpa, Classe 15, fabricado de acordo com as Normas ABNT NBR 5647-1 e 5647-3 para rede de distribuição de água potável. Notas: Como cada tubo deve apresentar uma medida equivalente, no mínimo, 5,88 m de comprimento de montagem, a quantidade total de tubos, em metros, adquiridos e fornecidos deve ser correspondente a múltiplos deste valor.	m	1.000

MATERIAIS 02: PEÇAS DE PVC, PP E PEAD

Item/ Código	Descrição	Unid.	Quant.
07 35139	ADAPTADOR DE PP P/ POLIETILENO X COMPONENTE ROSCADO DE 20 (1/2) mm x DNR 20 (3/4") Adaptador de polipropileno, fabricado de acordo com a NBR 9798, com uma bolsa de junta mecânica para tubos de polietileno PE, fabricados de acordo com a NBR 8417, e uma ponta roscada de acordo com a NBR NM ISO 7-1, para união de componentes roscados, possuindo também reforço nervurado na transição da bolsa de junta mecânica para a ponta roscada, para execução ou manutenção de ligação predial de água fria. Nota: Durante as operações de inspeção de recebimento, de acordo com o composto, empregado na fabricação do adaptador, devem ser realizados os exames de ensaios previstos na NBR 9798.	Pç	2.000
08 47732 PBQP-H	ADAPTADOR DE PVC SOLDÁVEL PARA CAIXA D'ÁGUA DN 20 X 1/2" Adaptador de PVC soldável, de 20 x 1/2", para caixa d'água, com anel, fabricado de acordo com a NBR 9052, com uma bolsa soldável para tubos de PVC, fabricados de acordo com a NBR 8417, e uma ponta de rosca	Pç	10



	macho de acordo com a NBR NM ISO 7-1, para união de componentes roscados, para execução ou manutenção de ligação predial de água fria. nota: durante as operações de inspeção de recebimento, de acordo com o composto, empregado na fabricação do adaptador, devem ser realizados os exames de ensaios previstos na NBR 9052.		
09 47733 PBQP-H	ADAPTADOR DE PVC SOLDÁVEL PARA CAIXA D'ÁGUA DN 25 X 3/4" Adaptador de PVC soldável, de 25 x 3/4", para caixa d'água, com anel, fabricado de acordo com a NBR 9052, com uma bolsa soldável para tubos de PVC, fabricados de acordo com a NBR 8417, e uma ponta de rosca macho de acordo com a NBR NM ISO 7-1, para união de componentes roscados, para execução ou manutenção de ligação predial de água fria. nota: durante as operações de inspeção de recebimento, de acordo com o composto, empregado na fabricação do adaptador, devem ser realizados os exames de ensaios previstos na NBR 9052.	Pç	10
10 47734 PBQP-H	ADAPTADOR DE PVC SOLDÁVEL PARA CAIXA D'ÁGUA DN 32X 1" Adaptador de PVC soldável, de 32 x 1", para caixa d'água, com anel, fabricado de acordo com a NBR 9052, com uma bolsa soldável para tubos de PVC, fabricados de acordo com a NBR 8417, e uma ponta de rosca macho de acordo com a NBR NM ISO 7-1, para união de componentes roscados, para execução ou manutenção de ligação predial de água fria. nota: durante as operações de inspeção de recebimento, de acordo com o composto, empregado na fabricação do adaptador, devem ser realizados os exames de ensaios previstos na NBR 9052.	Pç	10
11 30178 PBQP-H	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL CURTA - DE 25X 20 mm Bucha de redução soldável curta PVC marrom, injetada, com ponta e bolsa soldável, fabricado de acordo com a norma ABNT NBR 5648.	Pç	200
12 34384 PBQP-H	ADAPTADOR DE PVC CURTO DE 85 X 3" Adaptador de PVC, fabricado de acordo com a NBR 9052, com uma bolsa soldável para tubos de PVC, fabricados de acordo com a NBR 8417, e uma ponta de rosca macho de acordo com a NBR NM ISO 7-1, para união de componentes roscados, para execução ou manutenção de ligação predial de água fria. Nota: Durante as operações de inspeção de recebimento, de acordo com o composto, empregado na fabricação do adaptador, devem ser realizados os exames de ensaios previstos na NBR 9052.	Pç	30
13 34049 PBQP-H	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCÁVEL DE PVC 3/4" X 1/2" - (RR) Bucha de redução roscável de PVC 3/4" x 1/2" - (RR) bucha de redução roscável de PVC, injetada, roscável com roscarosca, fabricado de acordo com a norma ABNT NBR 5648.	Pç	200
14 30241	COLAR DE TOMADA DE PVC COM TRAVAS P/ TUBOS DE PVC (1,0 Mpa) - DE 32 mm X DNR 20 (3/4) Colar de tomada de PVC marrom, bi-partido, com derivação roscada de acordo com a Norma ABNT NBR NM ISO 7-1, fabricado de acordo com a Norma ABNT NBR 10930, para aplicação sob pressão nominal de 0,70 Mpa e pressão máxima de serviço de 1,00 Mpa, para ser utilizado em redes de distribuição de água potável com tubos de PVC 6,3 fabricados de acordo com a NBR 5647-1/2. Devem ser fornecidos com o colar de tomada: duas (2) travas laterais e uma (1) guarnição de borracha para vedação da derivação.	Pç	500
15	COLAR DE TOMADA DE PVC AZUL COM TRAVAS E BUCHA EM	Pç	600



35813	LATÃO P/ TUBOS DE PVC (1,0 Mpa) - DE 60 mm X DNR 20 (3/4) Colar de tomada de PVC azul injetado, bi-partido, com derivação roscada (bucha em latão) de acordo com a Norma ABNT NBR NM ISO 7-1, fabricado de acordo com a Norma ABNT NBR 10930, para aplicação sob pressão nominal de 0,70 Mpa e pressão máxima de serviço de 1,00 Mpa, para ser utilizado em redes de distribuição de água potável com tubos de PVC 6,3 fabricados de acordo com a NBR 5647-1/2. Devem ser fornecidos com o colar de tomada: duas (2) travas laterais e uma (1) guarnição de borracha para vedação da derivação.		
16 30203	COLAR DE TOMADA FºFº DÚCTIL P/ TUBOS DE DEFºFº DN 200 X DNR 20 (3/4). Colar de Tomada de ferro fundido dúctil, com derivação roscada de acordo c/ a Norma ABNT NBR NM ISSO 7-1, revestido integralmente c/ pintura de esmalte anti-corrosiva, aderente, não pegajoso, ou com pintura de epóxi a pó, fornecido com um conjunto de dois parafusos de cabeça sextavada, duas porcas sextavada, e quatro arruelas de aço, galvanizados a fogo de acordo com a ASTM A153 Classe C e com uma (1) guarnição (anel) de borracha p/ vedação da derivação, para execução de ligação predial em rede s de distribuição de água potável com tubos de PVC 12 de acordo c/ a NBR 5647-1/2. Nota: Os colares de tomada devem apresentar, em alto relevo, as seguintes marcações: nome e/ou marca de identificação do fabricante, DN da tubulação, DN da derivação, indicação da aplicação em PVC e a pressão nominal (PN10). O colar de tomada deve ser fabricado de acordo com o desenho técnico do fabricante.	Pç	60
17 36013 PBQP-H	JOELHO MISTO PVC SOLD./ROSCÁVEL (0,50/0,75 MPA) - DE 20 (1/2") X DNR 15(1/2") Joelho 90° de PVC marrom, injetado, de transição, com uma bolsa de junta soldável e outra de junta roscada de acordo com a NBR NM ISO 7-1, para aplicação sob pressão nominal de 0,50 mpa e pressão máxima de serviço de 0,75 Mpa, fabricado de acordo com a norma ABNT NBR 5648 para instalações prediais de água fria.	Pç	1.500
18 30192 PBQP-H	JOELHO PVC SOLDAVEL (0,50/0,75 Mpa) - DE 25mm Joelho 90° de PVC marrom, injetado com bolsas de junta soldável para aplicação sob pressão nominal de 0,50 Mpa e pressão máxima de serviço de 0,75 Mpa, fabricado de acordo com a norma ABNT NBR 5648 para instalações prediais de água fria.	Pç	100
19 34069 PBQP-H	LUVA MISTA RL PVC SOLD./ROSCÁVEL (0,50/0,75 MPA) - DE 20 X 1/2" Luva de PVC marrom, injetado, de transição, com uma bolsa de junta soldável e outra de junta roscada de acordo com a NBR NM ISO 7-1, para aplicação sob pressão nominal de 0,50 mpa e pressão máxima de serviço de 0,75 Mpa, fabricado de acordo com a norma ABNT NBR 5648 para instalações prediais de água fria.	Pç	2.000
20 35807	LUVA DE CORRER EM PVC P/ ESGOTO C/ BOLSAS DN 100 Luva de correr em PVC na cor branca, série normal, superfície interna lisa, extrudado, com juntas elásticas, fabricada de acordo com as normas ABNT NBR 5688 para rede de esgoto predial e secundário, sendo	Pç	150



	fornecido com os respectivos anéis de borracha.		
21 31960 PBQP-H	REGISTRO DE ESFERA PVC ROSCA MACHO - DE 20 mm (1/2") Registro de esfera de PVC, com extremidades roscáveis, e uma delas com bolsa e porca que permita eventuais desmontagens e ajuste de torque de manobra. Fabricado de acordo com a norma ABNT NBR 11806, para instalação predial de água fria.	Pç	1.500
22 30243 PBQP-H	REGISTRO DE ESFERA DE PVC C/ EXTREMIDADE P/ POLIETILENO/ROSCA MACHO/CABEÇOTE - DNR 20 (3/4) X DE 20 (1/2). Registro de esfera de PVC, de cor azul, com acionamento c/ cabeçote, fabricado de acordo com uma a NBR 11306, com uma extremidade de junta mecânica de acordo com a NBR 9052, para tubos de polietileno PE fabricados de acordo com a NBR 8417, e outra extremidade com rosca externa de acordo com a norma NBR NM ISO 7-1 para execução ou manutenção de ligação predial de água fria. Nota: Durante as operações de inspeção de recebimento, devem ser efetuados os exames de ensaios previstos na NBR 9052 e na NBR 11306.	Pç	1.500
23 48607	REGISTRO EM POLIPROPILELO TIPO "T" PARA CAVALETE 20 mm x 1/2" Registro tipo "T" de polipropileno, fabricado de acordo com a NBR 15803, com uma bolsa de junta mecânica na parte inferior para tubos de polietileno PE (20 mm), fabricados de acordo com a NBR 8417, e uma bolsa roscada fixa sem parte móvel (1/2") na saída lateral de acordo com a NBR NM ISO 7-1, para união de componentes roscados, para execução ou manutenção de ligação predial de água fria. Nota: Durante as operações de inspeção de recebimento, de acordo com o composto, empregado na fabricação do adaptador, devem ser realizados os exames de ensaios previstos na NBR 15803.	Pç	1.500
24 51644	SELIM 90° ELÁSTICO P/ ESGOTO COR OCRE DN 100X100 Selim 90° elástico, bi partido com trava por meio de encaixe, para redes de esgoto sanitário PVC liso cor ocre, fabricadas em de acordo com as normas NBR 7362, 10569 e 10570/1988.	Pç	100
25 55055	TE DE SERVIÇO INTEGRADO PP ARTICULADO PARA REDES EM PVC 60 x 20 mm Te de serviço integrado em polipropileno para execução de ramal de distribuição de água a partir de redes de PVC PBA, dotado de sistema de compressão mecânica para o ramal em tubo PEAD e sistema de acoplamento em tubos de PVC PBA por meio de abraçadeira sendo uma lateral com sistema articulado e a outra por fixação por parafusos em aço inox, possuindo também sistema de perfuração de rede em carga por meio de rosca cortante que deverá garantir a função de estanqueidade da peça após o a execução do furo na rede. O sistema de confecção da peça deverá respeitar rigorosamente a NTS 175 e NBR 15803.	Pç	500
26 55056	TE DE SERVIÇO INTEGRADO PP ARTICULADO PARA REDES EM PVC 85 x 20 mm Te de serviço integrado em polipropileno para execução de ramal de distribuição de água a partir de redes de PVC PBA, dotado de sistema de compressão mecânica para o ramal em tubo PEAD e	Pç	250



	sistema de acoplamento em tubos de PVC PBA por meio de abraçadeira sendo uma lateral com sistema articulado e a outra por fixação por parafusos em aço inox, possuindo também sistema de perfuração de rede em carga por meio de rosca cortante que deverá garantir a função de estanqueidade da peça após o a execução do furo na rede. O sistema de confecção da peça deverá respeitar rigorosamente a NTS 175 e NBR 15803.		
27 55886	TE DE SERVIÇO INTEGRADO PP ARTICULADO PARA REDES EM PVC 110 x 20 mm Te de serviço integrado em polipropileno para execução de ramal de distribuição de água a partir de redes de PVC PBA , dotado de sistema de compressão mecânica para o ramal em tubo PEAD e sistema de acoplamento em tubos de PVC PBA por meio de abraçadeira sendo uma lateral com sistema articulado e a outra por fixação por parafusos em aço inox, possuindo também sistema de perfuração de rede em carga por meio de rosca cortante que deverá garantir a função de estanqueidade da peça após o a execução do furo na rede. O sistema de confecção da peça deverá respeitar rigorosamente a NTS 175 e NBR 15803.	Pç	120
28 30242	UNIÃO DE POLIPROPILENO P/ TUBOS DE POLIETILENO - DE 20 (1/2) União de polipropileno, para aplicação sob pressão de serviço de 1,0 Mpa, fabricado de acordo com os requisitos da NBR 15.803, com bolsas de junta mecânica, para interligação de tubos de polietileno PE fabricados de acordo com a NBR 8417, ou para manutenção de ramais prediais de água fria. Nota: Durante as operações de inspeção de recebimento, devem ser realizados os exames e ensaios previstos na NBR 15.803.	Pç	2.000

MATERIAIS 03: ASSESSÓRIOS E CONEXÕES EM FºGº

Item/ Código	Descrição	Unid.	Quant.
29 30707	Anel de Vedação em borracha nitrílica p/ hidrômetro 1/2"	Pç	6.000
30 34404	CONJUNTO TUBETE 1/2", PORCA E GUARNIÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE HIDRÔMETRO Conjunto de tubete (par) em latão, incluindo tubete, porca e guarnição (anel de vedação) para aplicação em instalação de hidrômetro em cavalete de medição de água tratada a ser utilizado em hidrômetro de 1/2" (meia polegada).	Pç	500
31 53538	DISPOSITIVO DE INTERRUPTAO DE FLUXO DE ÁGUA VEDANTE "OB" QUADRADO 14 mm, PARA CAVALETE DE 1/2" Dispositivo para interrupção de fluxo de água, "OB", formado por um eixo central, uma porca quadrada, separador e vedante. O seu eixo central deverá ser usinado em latão CLA ou aço bicromatizado com porca usinada em latão CLA, sendo formado por discos (arruelas) usinados em latão CLA ou aço bicromatizado com unidade vedante em borracha 80 shore.	Pç	600
32	DISPOSITIVO DE INTERRUPTAO DE FLUXO DE ÁGUA VEDANTE "OB" QUADRADO 18 mm, PARA CAVALETE DE 3/4"	Pç	300



	Dispositivo para interrupção de fluxo de água, "OB", formado por um eixo central, uma porca quadrada, separador e vedante. O seu eixo central deverá ser usinado em latão CLA ou aço bicromatizado com porca usinada em latão CLA, sendo formado por discos (arruelas) usinados em em latão CLA ou aço bicromatizado com unidade vedante em borracha 80 shore.		
33 53523	MANÔMETRO COM GLICERINA Manômetro com Glicerina para medir e indicar pressão de redes de distribuição de água, possuindo sensor Tubo Bourbon em AISI 316, caixa HF em aço Inox 204 com visor de vidro e anel baioneta, conexão inferior com rosta 1/4" BSP, precisão classe A, válvula de segurança situada na parte superior da caixa, escala de 10 a 100 m.c.a. ou kgf/cm ² . Deverá conter engate instantâneo cônico para medição rápida de pressão em torneiras.	Pç	40
34	Bucha De Redução 1/2" x 3/8" BSP Bucha de redução produzida em ferro fundido maleável galvanizado com rosca macho de 1/2" e rosca fêmea de 3/8" em conformidade com as especificações das normas ABNT NBR 6943, ISO 49 e EN 10242 e as roscas de vedação das conexões em conformidade com a especificação da norma NBR NM ISO 7-1 e roscas de acoplamento conforme ABNT NBR 8133 e ISO 228.	Pç	30

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A aquisição do objeto descrito neste Termo de Referência tem por justificativa a ampliação/manutenção e funcionamento dos sistemas e redes de água existentes no Município, a ser utilizado pela requerente a partir de setembro do ano de 2021.

2.2 Os itens foram relacionados baseados em quantias estimadas necessárias e suficientes para a demanda do período em questão.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1 O objeto relacionado neste termo considera-se bens e serviços comuns, conforme disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, uma vez que são produtos cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.

4. DO PRAZO CONTRATUAL, DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 O prazo de vigência do Contrato será de 01 (um) ano, iniciando na data de sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, observando o limite estabelecido no parágrafo 4º do art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

4.2 A aquisição do objeto far-se-á de forma ÚNICA, conforme a necessidade do SAMAE, que procederá a solicitação através de Ordem de Fornecimento (OF), que será encaminhada dentro do prazo de vigência do contrato.

4.3 Após o encaminhamento e o recebimento por parte do fornecedor da OF, o objeto relacionado na mesma deverá ser entregue **no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias**, após a sua solicitação, em horário de expediente, nas condições estipuladas no Edital e seus Anexos, no seguinte endereço:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO (SAMAE) - Rua João Vieira, nº 189, Bairro Santa Terezinha, CEP 89.114-320, Gaspar/SC.
Horário de Atendimento: 07h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.



4.3.1 PODERÃO SER SOLICITADAS ENTREGAS EM OUTROS LOCAIS NÃO ESPECIFICADOS NESTE EDITAL, FICANDO O FORNECEDOR OBRIGADO A ENTREGAR, DESDE QUE O LOCAL INDICADO SEJA DENTRO DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

4.4 No ato da entrega do objeto a contratada deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.

4.5 Fica aqui estabelecido que os objetos serão recebidos:

- a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) **definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade do material e a consequente aceitação.

4.5.1 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, que se dará em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório.

4.6 Os objetos que forem recusados (tanto no recebimento provisório ou antes do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo definido pelo fiscal do contrato e de acordo com as determinações do Termo de Referência, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.7 Se a substituição dos objetos não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas no Edital, na Minuta do Contrato e na Lei.

4.8 Caso seja comprovado que os produtos entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados à Administração.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado *em até 20 (vinte) dias*, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo responsável do setor requerente, através de Depósito Bancário ou Chave PIX.

5.2 Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e perante o FGTS.

5.3 Nenhum pagamento será efetuado à empresa enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.5 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas por culpa da Administração o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC.

5.6 As despesas decorrentes de aquisição do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos especificados no orçamento do Município e nos demais órgãos e entidades usuárias, existentes na seguinte dotação:

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE

Ação		Dotação		Conferido
13.26.17.512.0025.2116	Ampliação/Manut. da Rede de Água e Esgoto e Drenagem	18	3.3.90	
13.26.17.512.0025.2116	Ampliação/Manut. da Rede de Água e Esgoto e Drenagem	21	4.4.90	

<u>Itens: 04, 05 e 06</u>	<u>Ampliação</u>	<u>Dotação 4.4.90</u>	Ano 2021
<u>Demais Itens</u>	<u>Manutenção</u>	<u>Dotação 3.3.90</u>	



6. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

6.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 São obrigações da CONTRATADA:

I - Providenciar o fornecimento dos materiais nos endereços indicados na Ordem de Fornecimento, conforme solicitações por parte da Secretaria requisitante e exigências do Edital e seus Anexos, obedecendo às normas técnicas de fabricação e fornecimento dos materiais e os prazos estabelecidos no Edital.

II - Providenciar, no prazo máximo de 3 (três) dias, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos.

III - Atender prontamente as orientações e exigências do fiscal de contrato, devidamente designado, inerentes à execução do objeto contratado.

IV - Emitir as Notas Fiscais no valor pactuado em contrato, apresentando-a a **CONTRATANTE** para ateste e pagamento.

V - Apresentar os documentos fiscais em conformidade com a legislação vigente.

VI - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

VII - Assumir integral responsabilidade pelos danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, inclusive por acidentes, mortes, perdas ou destruições, isentando o Município de todas e quaisquer reclamações cíveis, criminais ou trabalhistas que possam surgir, conforme o disposto nos artigos 70 e 71 da Lei nº 8.666/93.

VIII - Substituir, sempre que exigido pela **CONTRATANTE** e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público.

IX - Reparar, corrigir e substituir, refazer às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução/fornecimento dos materiais.

X - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

XI - Não transferir para a **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência do contratado, nem mesmo poderá onerar o objeto do contrato.

XII - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do Contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 São obrigações da CONTRATANTE:

I - Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, atestar nas notas fiscais o efetivo fornecimento do objeto contratado e o seu aceite.

II - Efetuar os pagamentos à **CONTRATADA** nos termos do contrato, do Edital e seus Anexos.

III - Aplicar à **CONTRATADA** as sanções regulamentares e contratuais.

IV - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

V - Rejeitar, no todo ou em parte os materiais fornecidos, se estiverem em desacordo com as especificações do Edital e seus Anexos, assim como da proposta de preços da **CONTRATADA**.



VI - Emitir Ordem de Fornecimento para o fornecimento dos materiais pela **CONTRATADA**.

VII - Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.

VIII - Franquear o acesso à **CONTRATADA** aos locais necessários ao fornecimento dos materiais.

IX - Comunicar à **CONTRATADA** todas as irregularidades observadas durante a execução do contrato.

X - Rescindir o Contrato, nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1 Nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Às proponentes que ensejarem o retardamento na execução do certame, seja parcial ou total, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar, ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, comportarem-se de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município pelo infrator:

- a) advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;
- b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta apresentada pela proponente;
- c) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos consecutivos.

10.2 Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.3 Caberá aplicação da penalidade de advertência nos casos de infrações leves que não gerem prejuízo à Administração.

10.4 Caberá aplicação de multa de até 20% calculada sobre o valor total da Proposta de Preços do licitante ou do valor total do Contrato, nas seguintes proporções e casos:

- a) Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato; Multa de 10%, calculada sobre o valor total da proposta;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame; Multa de 10%, calculada sobre o valor total da proposta;
- c) apresentar documentação falsa exigida para o certame; Multa de 20%, calculada sobre o valor total da proposta;
- d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto; Multa de 10%, calculada sobre o valor total da proposta;
- e) não manter a proposta de preços; Multa de 10%, calculada sobre o valor total da proposta;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato; Multa de 20%, calculada sobre o valor total da proposta;
- g) comportar-se de modo inidôneo; Multa de 20%, calculada sobre o valor total da proposta;
- h) cometer fraude fiscal; Multa de 20%, calculada sobre o valor total da proposta;



- i) Em caso de atraso ou não cumprimento dos prazos por culpa da **CONTRATADA**, será aplicada a penalidade de Multa de 0,5% por dia de atraso, até o limite de 10 dias, calculada sobre o valor total do pedido;
- j) Em caso de não providenciar a entrega ou providenciar com mais de 10 dias de atraso; Multa de 10% sobre o valor total do item ou dos itens relacionados na Ordem de Fornecimento.
- 10.5 Sem prejuízo da aplicação de multa caberá aplicação da penalidade de Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios, nos seguintes prazos e casos:
- a) Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato; 2 (dois) anos mais multa;
 - b) deixar de entregar documentação exigida para o certame; 1 (um) ano mais multa;
 - c) apresentar documentação falsa exigida para o certame; 5 (cinco) anos mais multa;
 - d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto; 1 (um) ano mais multa;
 - e) não manter a proposta de preços; 1 (um) ano mais multa;
 - f) falhar ou fraudar na execução do contrato; 4 (quatro) anos mais multa;
 - g) comportar-se de modo inidôneo; 5 (cinco) anos mais multa;
 - h) cometer fraude fiscal; 5 (cinco) anos mais multa.

10.6 Em todo caso o licitante terá direito ao contraditório e ampla defesa.

10.6.1 Em respeito ao princípio do contraditório e ampla defesa, poderá o licitante apresentar defesa prévia no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação sobre a irregularidade ou aplicação da penalidade.

10.7 É facultado ao licitante apresentar recurso contra aplicação de penalidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

10.8 As multas sempre que possível serão descontadas diretamente da garantia prestada, dos valores devidos à **CONTRATADA** e caso o saldo seja insuficiente, deverão ser recolhidas via guia de recolhimento emitida pelo Departamento de Tributação, devendo ser comprovada a quitação no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a emissão da guia.

10.9 Caso não seja recolhido o valor da multa no prazo estabelecido, o licitante será inscrito em dívida ativa do Município, sendo o valor executado judicialmente.

10.10 As penalidades de Advertência, Multa e Impedimento de Licitar, poderão ser aplicadas por qualquer Secretário Municipal requisitante.

10.11 Os recursos deverão ser encaminhados à autoridade que aplicou a penalidade, sendo que após sua análise será submetida à Decisão da Autoridade hierarquicamente Superior.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 As informações constantes neste Termo de Referência devem ser utilizadas para edição do Edital de Licitação e da minuta de contrato para futura contratação.

Responsáveis pela elaboração do Termo de Referência: Ricardo Alexandre da Silva, Engenheiro Civil e Heloisa Helena Philipps, Encarregada de Almoxarifado.

Gaspar, 10 de agosto de 2021.

CLEVERTON JOÃO BATISTA
Diretor-Presidente do SAMAE



ANEXO II
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 189/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2021
PROPOSTA DE PREÇOS

Orçamento Estimado pela Administração - Planilha de Preços Máximos.

Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço:	
Cidade/UF:	CEP:
Telefone(s):	
E-mail(s):	

1. OS ITENS 4 E 6 SÃO DE PARTICIPAÇÃO GERAL DOS INTERESSADOS
1.1 OS DEMAIS ITENS SÃO RESERVADOS PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, CONFORME ESTABELECE O ART. 48, INCISO "I" DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E ART. 6º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 7.241/2016.

Item/ Cód.	Descrição do material	Unid/ medida	Quant.	Vlr Unitário MÁXIMO	Vlr Unitário COTADO	MARCA
1 PBQP-H	TUBO DE PVC 6,3 C/ PONTA E BOLSA SOLDÁVEL (0,50/0,75 Mpa) - DE 20 mm Tubo de PVC 6,3, extrudado, marrom, com ponta e bolsa para junta soldável, para aplicação sob pressão nominal de 0,50 Mpa e máximas pressões de serviço de 0,75 MPa, classe 15, fabricado de acordo com as Normas ABNT NBR 5648, para instalações prediais de água fria. Nota: Os tubos devem ser fornecidos em barras de 6 (seis) metros de comprimento.	m	504	R\$ 4,33	R\$ _____	Marca: _____
2 35594 PBQP-H	TUBO DE PVC 6,3 C/ PONTA E BOLSA SOLDÁVEL (0,50/0,75 Mpa) - DE 25 mm Tubo de PVC 6,3, extrudado, marrom, com ponta e bolsa para junta soldável, para aplicação sob pressão nominal de 0,50 Mpa e máximas pressões de serviço de 0,75 MPa, classe 15, fabricado de acordo com as Normas ABNT NBR 5648, para instalações prediais de água fria. Nota: Os tubos devem ser fornecidos em barras de 6 (seis) metros de comprimento.	m	120	R\$ 6,36	R\$ _____	Marca: _____
3 55013 PBQP-H	TUBO DE PVC 6,3 C/ PONTA E BOLSA SOLDÁVEL (0,50/0,75 Mpa) - DE 32 mm Tubo de PVC 6,3, extrudado, marrom, com ponta e bolsa para junta soldável, para aplicação sob pressão nominal de 0,50 Mpa e máximas pressões de serviço de 0,75 MPa, classe 15, fabricado de acordo com as Normas ABNT NBR 5648, para instalações prediais de água fria. Nota: Os tubos devem ser fornecidos em barras de 6 (seis) metros de comprimento.	m	300	R\$ 9,93	R\$ _____	Marca: _____



4 55015 PBQP-H	TUBO DE PVC 6,3 C/ PONTA E BOLSA JEI (0,75 Mpa) - DE 60 mm Tubo de PVC 6,3, extrudado, com ponta e bolsa de junta elástica integrada, para aplicação sob pressão nominal de 0,50 Mpa e máxima pressão de serviço de 0,75 Mpa, Classe 15, fabricado de acordo com as Normas ABNT NBR 5647-1 e 5647-3 para rede de distribuição de água potável. Notas: Como cada tubo deve apresentar uma medida equivalente, no mínimo, 5,88 m de comprimento de montagem, a quantidade total de tubos, em metros, adquiridos e fornecidos deve ser correspondente a múltiplos deste valor.	m	4.002	R\$ 27,58	R\$ _____	Marca: _____
5 55016 PBQP-H	TUBO DE PVC 6,3 C/ PONTA E BOLSA JEI (0,75 Mpa) - DE 85 mm Tubo de PVC 6,3, extrudado, com ponta e bolsa de junta elástica integrada, para aplicação sob pressão nominal de 0,50 Mpa e máxima pressão de serviço de 0,75 Mpa, Classe 15, fabricado de acordo com as Normas ABNT NBR 5647-1 e 5647-3 para rede de distribuição de água potável. Notas: Como cada tubo deve apresentar uma medida equivalente, no mínimo, 5,88 m de comprimento de montagem, a quantidade total de tubos, em metros, adquiridos e fornecidos deve ser correspondente a múltiplos deste valor.	m	1.500	R\$ 49,74	R\$ _____	Marca: _____
6 55017 PBQP-H	TUBO DE PVC 6,3 C/ PONTA E BOLSA JEI (0,75 Mpa) - DE 110 mm Tubo de PVC 6,3, extrudado, com ponta e bolsa de junta elástica integrada, para aplicação sob pressão nominal de 0,50 Mpa e máxima pressão de serviço de 0,75 Mpa, Classe 15, fabricado de acordo com as Normas ABNT NBR 5647-1 e 5647-3 para rede de distribuição de água potável. Notas: Como cada tubo deve apresentar uma medida equivalente, no mínimo, 5,88 m de comprimento de montagem, a quantidade total de tubos, em metros, adquiridos e fornecidos deve ser correspondente a múltiplos deste valor.	m	1.000	R\$ 85,60	R\$ _____	Marca: _____
7 35139	ADAPTADOR DE PP P/ POLIETILENO X COMPONENTE ROSCADO DE 20 (1/2) mm x DNR 20 (3/4") Adaptador de polipropileno, fabricado de acordo com a NBR 9798, com uma bolsa de junta mecânica para tubos de polietileno PE, fabricados de acordo com a NBR 8417, e uma ponta roscada de acordo com a NBR NM ISO 7-1, para união de componentes roscados, possuindo também reforço nervurado na transição da bolsa de junta mecânica para a ponta roscada, para execução ou manutenção de ligação predial de água fria. Nota: Durante as operações de inspeção de recebimento, de acordo com o composto, empregado na fabricação do adaptador, devem ser realizados os exames de ensaios previstos na NBR 9798.	Pç	2.000	R\$ 5,46	R\$ _____	Marca: _____
8 47732 PBQP-H	ADAPTADOR DE PVC SOLDÁVEL PARA CAIXA D'ÁGUA DN 20 X 1/2" Adaptador de PVC soldável, de 20 x 1/2", para caixa d'água, com anel, fabricado de acordo com a NBR 9052, com uma bolsa soldável para tubos de PVC, fabricados de acordo com a NBR 8417, e uma ponta de rosca macho de acordo com a NBR NM ISO 7-1, para união de componentes roscados, para execução ou manutenção de ligação predial de água fria. nota: durante as operações de inspeção de recebimento, de acordo com o composto, empregado na fabricação do adaptador, devem ser realizados os exames de ensaios previstos na NBR 9052.	Pç	10	R\$ 8,48	R\$ _____	Marca: _____
9 47733 PBQP-H	ADAPTADOR DE PVC SOLDÁVEL PARA CAIXA D'ÁGUA DN 25 X 3/4" Adaptador de PVC soldável, de 25 x 3/4", para caixa d'água, com anel, fabricado de acordo com a NBR 9052, com uma bolsa soldável para tubos de PVC, fabricados de acordo com a NBR 8417, e uma ponta de rosca macho de acordo com a NBR NM ISO 7-1, para união de componentes roscados, para execução ou manutenção de ligação predial de água fria. nota: durante as operações de inspeção de recebimento, de acordo com o composto, empregado na fabricação do adaptador, devem ser realizados os exames de ensaios previstos na NBR 9052.	Pç	10	R\$ 8,25	R\$ _____	Marca: _____



10 47734 PBQP-H	ADAPTADOR DE PVC SOLDÁVEL PARA CAIXA D'ÁGUA DN 32X 1" Adaptador de PVC soldável, de 32 x 1", para caixa d'água, com anel, fabricado de acordo com a NBR 9052, com uma bolsa soldável para tubos de PVC, fabricados de acordo com a NBR 8417, e uma ponta de rosca macho de acordo com a NBR NM ISO 7-1, para união de componentes roscados, para execução ou manutenção de ligação predial de água fria. nota: durante as operações de inspeção de recebimento, de acordo com o composto, empregado na fabricação do adaptador, devem ser realizados os exames de ensaios previstos na NBR 9052.	Pç	10	R\$ 10,90	R\$ _____	Marca: _____
11 30178 PBQP-H	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL CURTA - DE 25X 20 mm Bucha de redução soldável curta PVC marrom, injetada, com ponta e bolsa soldável, fabricado de acordo com a norma ABNT NBR 5648.	Pç	200	R\$ 0,65	R\$ _____	Marca: _____
12 34384 PBQP-H	ADAPTADOR DE PVC CURTO DE 85 X 3" Adaptador de PVC, fabricado de acordo com a NBR 9052, com uma bolsa soldável para tubos de PVC, fabricados de acordo com a NBR 8417, e uma ponta de rosca macho de acordo com a NBR NM ISO 7-1, para união de componentes roscados, para execução ou manutenção de ligação predial de água fria. Nota: Durante as operações de inspeção de recebimento, de acordo com o composto, empregado na fabricação do adaptador, devem ser realizados os exames de ensaios previstos na NBR 9052.	Pç	30	R\$ 39,68	R\$ _____	Marca: _____
13 34049 PBQP-H	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCÁVEL DE PVC 3/4" X 1/2" - (RR) Bucha de redução roscável de PVC 3/4" x 1/2" - (RR) bucha de redução roscável de PVC, injetada, roscável com roscarosca, fabricado de acordo com a norma ABNT NBR 5648.	Pç	200	R\$ 1,04	R\$ _____	Marca: _____
14 30241	COLAR DE TOMADA DE PVC COM TRAVAS P/ TUBOS DE PVC (1,0 Mpa) - DE 32 mm X DNR 20 (3/4) Colar de tomada de PVC marrom, bi-partido, com derivação roscada de acordo com a Norma ABNT NBR NM ISO 7-1, fabricado de acordo com a Norma ABNT NBR 10930, para aplicação sob pressão nominal de 0,70 Mpa e pressão máxima de serviço de 1,00 Mpa, para ser utilizado em redes de distribuição de água potável com tubos de PVC 6,3 fabricados de acordo com a NBR 5647-1/2. Devem ser fornecidos com o colar de tomada: duas (2) travas laterais e uma (1) guarnição de borracha para vedação da derivação.	Pç	500	R\$ 11,90	R\$ _____	Marca: _____
15 35813	COLAR DE TOMADA DE PVC AZUL COM TRAVAS E BUCHA EM LATÃO P/ TUBOS DE PVC (1,0 Mpa) - DE 60 mm X DNR 20 (3/4) Colar de tomada de PVC azul injetado, bi-partido, com derivação roscada (bucha em latão) de acordo com a Norma ABNT NBR NM ISO 7-1, fabricado de acordo com a Norma ABNT NBR 10930, para aplicação sob pressão nominal de 0,70 Mpa e pressão máxima de serviço de 1,00 Mpa, para ser utilizado em redes de distribuição de água potável com tubos de PVC 6,3 fabricados de acordo com a NBR 5647-1/2. Devem ser fornecidos com o colar de tomada: duas (2) travas laterais e uma (1) guarnição de borracha para vedação da derivação.	Pç	600	R\$ 17,43	R\$ _____	Marca: _____



16 30203	COLAR DE TOMADA FºFº DÚCTIL P/ TUBOS DE DEFºFº DN 200 X DNR 20 (3/4). Colar de Tomada de ferro fundido dúctil, com derivação roscada de acordo c/ a Norma ABNT NBR NM ISSO 7-1, revestido integralmente c/ pintura de esmalte anti-corrosiva, aderente, não pegajoso, ou com pintura de epóxi a pó, fornecido com um conjunto de dois parafusos de cabeça sextavada, duas porcas sextavada, e quatro arruelas de aço, galvanizados a fogo de acordo com a ASTM A153 Classe C e com uma (1) guarnição (anel) de borracha p/ vedação da derivação, para execução de ligação predial em rede s de distribuição de água potável com tubos de PVC 12 de acordo c/ a NBR 5647-1/2. Nota: Os colares de tomada devem apresentar, em alto relevo, as seguintes marcações: nome e/ou marca de identificação do fabricante, DN da tubulação, DN da derivação, indicação da aplicação em PVC e a pressão nominal (PN10). O colar de tomada deve ser fabricado de acordo com o desenho técnico do fabricante.	Pç	60	R\$ 133,81	R\$ _____	Marca: _____
17 36013 PBQP-H	JOELHO MISTO PVC SOLD./ROSCÁVEL (0,50/0,75 MPA) - DE 20 (1/2") X DNR 15(1/2") Joelho 90° de PVC marrom, injetado, de transição, com uma bolsa de junta soldável e outra de junta roscada de acordo com a NBR NM ISO 7-1, para aplicação sob pressão nominal de 0,50 mpa e pressão máxima de serviço de 0,75 Mpa, fabricado de acordo com a norma ABNT NBR 5648 para instalações prediais de água fria.	Pç	1.500	R\$ 1,60	R\$ _____	Marca: _____
18 30192 PBQP-H	JOELHO PVC SOLDÁVEL (0,50/0,75 Mpa) - DE 25mm Joelho 90° de PVC marrom, injetado com bolsas de junta soldável para aplicação sob pressão nominal de 0,50 Mpa e pressão máxima de serviço de 0,75 Mpa, fabricado de acordo com a norma ABNT NBR 5648 para instalações prediais de água fria.	Pç	100	R\$ 1,07	R\$ _____	Marca: _____
19 34069 PBQP-H	LUVA MISTA RL PVC SOLD./ROSCÁVEL (0,50/0,75 MPA) - DE 20 X 1/2" Luva de PVC marrom, injetado, de transição, com uma bolsa de junta soldável e outra de junta roscada de acordo com a NBR NM ISO 7-1, para aplicação sob pressão nominal de 0,50 mpa e pressão máxima de serviço de 0,75 Mpa, fabricado de acordo com a norma ABNT NBR 5648 para instalações prediais de água fria.	Pç	2.000	R\$ 1,71	R\$ _____	Marca: _____
20 35807	LUVA DE CORRER EM PVC P/ ESGOTO C/ BOLSAS DN 100 Luva de correr em PVC na cor branca, série normal, superfície interna lisa, extrudado, com juntas elásticas, fabricada de acordo com as normas ABNT NBR 5688 para rede de esgoto predial e secundário, sendo fornecido com os respectivos anéis de borracha.	Pç	150	R\$ 17,98	R\$ _____	Marca: _____
21 31960 PBQP-H	REGISTRO DE ESFERA PVC ROSCA MACHO - DE 20 mm (1/2") Registro de esfera de PVC, com extremidades roscáveis, e uma delas com bolsa e porca que permita eventuais desmontagens e ajuste de torque de manobra. Fabricado de acordo com a norma ABNT NBR 11806, para instalação predial de água fria.	Pç	1.500	R\$ 24,94	R\$ _____	Marca: _____
22 30243 PBQP-H	REGISTRO DE ESFERA DE PVC C/ EXTREMIDADE P/ POLIETILENO/ROSCA MACHO/CABEÇOTE - DNR 20 (3/4) X DE 20 (1/2). Registro de esfera de PVC, de cor azul, com acionamento c/ cabeçote, fabricado de acordo com uma a NBR 11306, com uma extremidade de junta mecânica de acordo com a NBR 9052, para tubos de polietileno PE fabricados de acordo com a NBR 8417, e outra extremidade com rosca externa de acordo com a norma NBR NM ISO 7-1 para execução ou manutenção de ligação predial de água fria. Nota: Durante as operações de inspeção de recebimento, devem ser efetuados os exames de ensaios previstos na NBR 9052 e na NBR 11306.	Pç	1.500	R\$ 7,97	R\$ _____	Marca: _____



23 48607	REGISTRO EM POLIPROPILELO TIPO "T" PARA CVALETE 20 mm x 1/2" Registro tipo "T" de polipropileno, fabricado de acordo com a NBR 15803, com uma bolsa de junta mecânica na parte inferior para tubos de polietileno PE (20 mm), fabricados de acordo com a NBR 8417, e uma bolsa roscada fixa sem parte móvel (1/2") na saída lateral de acordo com a NBR NM ISO 7-1, para união de componentes roscados, para execução ou manutenção de ligação predial de água fria. Nota: Durante as operações de inspeção de recebimento, de acordo com o composto, empregado na fabricação do adaptador, devem ser realizados os exames de ensaios previstos na NBR 15803.	Pç	1.500	R\$ 16,43	R\$ _____	Marca: _____
24 51644	SELIM 90° ELÁSTICO P/ ESGOTO COR OCRE DN 100X100 Selim 90° elástico, bi partido com trava por meio de encaixe, para redes de esgoto sanitário PVC liso cor ocre, fabricadas em de acordo com as normas NBR 7362, 10569 e 10570/1988.	Pç	100	R\$ 47,03	R\$ _____	Marca: _____
25 55055	TE DE SERVIÇO INTEGRADO PP ARTICULADO PARA REDES EM PVC 60 x 20 mm Te de serviço integrado em polipropileno para execução de ramal de distribuição de água a partir de redes de PVC PBA , dotado de sistema de compressão mecânica para o ramal em tubo PEAD e sistema de acoplamento em tubos de PVC PBA por meio de abraçadeira sendo uma lateral com sistema articulado e a outra por fixação por parafusos em aço inox, possuindo também sistema de perfuração de rede em carga por meio de rosca cortante que deverá garantir a função de estanqueidade da peça após o a execução do furo na rede. O sistema de confecção da peça deverá respeitar rigorosamente a NTS 175 e NBR 15803.	Pç	500	R\$ 39,22	R\$ _____	Marca: _____
26 55056	TE DE SERVIÇO INTEGRADO PP ARTICULADO PARA REDES EM PVC 85 x 20 mm Te de serviço integrado em polipropileno para execução de ramal de distribuição de água a partir de redes de PVC PBA , dotado de sistema de compressão mecânica para o ramal em tubo PEAD e sistema de acoplamento em tubos de PVC PBA por meio de abraçadeira sendo uma lateral com sistema articulado e a outra por fixação por parafusos em aço inox, possuindo também sistema de perfuração de rede em carga por meio de rosca cortante que deverá garantir a função de estanqueidade da peça após o a execução do furo na rede. O sistema de confecção da peça deverá respeitar rigorosamente a NTS 175 e NBR 15803.	Pç	250	R\$ 47,08	R\$ _____	Marca: _____
27 55886	TE DE SERVIÇO INTEGRADO PP ARTICULADO PARA REDES EM PVC 110 x 20 mm Te de serviço integrado em polipropileno para execução de ramal de distribuição de água a partir de redes de PVC PBA , dotado de sistema de compressão mecânica para o ramal em tubo PEAD e sistema de acoplamento em tubos de PVC PBA por meio de abraçadeira sendo uma lateral com sistema articulado e a outra por fixação por parafusos em aço inox, possuindo também sistema de perfuração de rede em carga por meio de rosca cortante que deverá garantir a função de estanqueidade da peça após o a execução do furo na rede. O sistema de confecção da peça deverá respeitar rigorosamente a NTS 175 e NBR 15803.	Pç	120	R\$ 71,95	R\$ _____	Marca: _____
28 30242	UNIÃO DE POLIPROPILENO P/ TUBOS DE POLIETILENO - DE 20 (1/2) União de polipropileno, para aplicação sob pressão de serviço de 1,0 Mpa, fabricado de acordo com os requisitos da NBR 15.803, com bolsas de junta mecânica, para interligação de tubos de polietileno PE fabricados de acordo com a NBR 8417, ou para manutenção de ramais prediais de água fria. Nota: Durante as operações de inspeção de recebimento, devem ser realizados os exames e ensaios previstos na NBR 15.803.	Pç	2.000	R\$ 3,16	R\$ _____	Marca: _____
29 30707	Anel de Vedação em borracha nitrílica p/ hidrômetro 1/2"	Pç	6.000	R\$ 0,57	R\$ _____	Marca: _____



30 34404	CONJUNTO TUBETE ½", PORCA E GUARNIÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE HIDRÔMETRO Conjunto de tubete (par) em latão, incluindo tubete, porca e guarnição (anel de vedação) para aplicação em instalação de hidrômetro em cavalete de medição de água tratada a ser utilizado em hidrômetro de ½" (meia polegada).	Pç	500	R\$ 12,51	R\$ _____	Marca: _____
31 53538	DISPOSITIVO DE INTERRUPTÃO DE FLUXO DE ÁGUA VEDANTE "OB" QUADRADO 14 mm, PARA CAVALETE DE ½" Dispositivo para interrupção de fluxo de água, "OB", formado por um eixo central, uma porca quadrada, separador e vedante. O seu eixo central deverá ser usinado em latão CLA ou aço bicromatizado com porca usinada em latão CLA, sendo formado por discos (arruelas) usinados em em latão CLA ou aço bicromatizado com unidade vedante em borracha 80 shore.	Pç	600	R\$ 7,71	R\$ _____	Marca: _____
32	DISPOSITIVO DE INTERRUPTÃO DE FLUXO DE ÁGUA VEDANTE "OB" QUADRADO 18 mm, PARA CAVALETE DE ¾" Dispositivo para interrupção de fluxo de água, "OB", formado por um eixo central, uma porca quadrada, separador e vedante. O seu eixo central deverá ser usinado em latão CLA ou aço bicromatizado com porca usinada em latão CLA, sendo formado por discos (arruelas) usinados em latão CLA ou aço bicromatizado com unidade vedante em borracha 80 shore.	Pç	300	R\$ 7,71	R\$ _____	Marca: _____
33 53523	MANÔMETRO COM GLICERINA Manômetro com Glicerina para medir e indicar pressão de redes de distribuição de água, possuindo sensor Tubo Bourbon em AISI 316, caixa HF em aço Inox 204 com visor de vidro e anel baioneta, conexão inferior com rosta ¼" BSP, precisão classe A, válvula de segurança situada na parte superior da caixa, escala de 10 a 100 m.c.a. ou kgf/cm². Deverá conter engate instantâneo cônico para medição rápida de pressão em torneiras.	Pç	40	R\$ 289,20	R\$ _____	Marca: _____
34	Bucha De Redução 1/2" x 3/8" BSP Bucha de redução produzida em ferro fundido maleável galvanizado com rosca macho de ½" e rosca fêmea de 3/8" em conformidade com as especificações das normas ABNT NBR 6943, ISO 49 e EN 10242 e as roscas de vedação das conexões em conformidade com a especificação da norma NBR NM ISO 7-1 e roscas de acoplamento conforme ABNT NBR 8133 e ISO 228.	Pç	30	R\$ 4,88	R\$ _____	Marca: _____

ATENÇÃO!!!

As empresas participantes que apresentarem propostas aos Tubos de PVC para Infra-Estrutura (Itens 04, 05 e 06) e Tubos e Conexões de PVC para Sistemas Hidráulicos Prediais (Itens 01, 02, 03, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 19, 21 e 22) deverão ser credenciadas no Programa PBQP-H. Em caso de serem representantes ou distribuidores, deverão ofertar apenas materiais de empresas qualificadas no programa.

NA PROPOSTA DE PREÇOS OS VALORES COTADOS ACIMA DO PERMITIDO NO EDITAL OU QUE NÃO ATENDEREM O DESCRITIVO E/OU EXIGÊNCIAS SERÃO AUTOMATICAMENTE DESCLASSIFICADOS.

Nome e Assinatura do Responsável Legal



Dados para Depósito Bancário:

Banco:			
Agência:		Dígito:	
Conta:		Dígito:	

Dados da Chave PIX:

Nome:
Chave PIX:
Tipo da chave PIX:

Dados do Responsável pela Assinatura do Contrato:

Nome:
CPF e RG:



ANEXO III

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 189/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2021

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº SAF-/2021.

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES, QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO (SAMAE) E A EMPRESA ...

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, entidade de direito público interno, de personalidade jurídica própria e de natureza autárquica, com inscrição no CNPJ nº 82.636.028/0001-84, com sede na Rua João Vieira, nº 189, Bairro Santa Terezinha, Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Diretor-Presidente, Senhor **CLEVERTON JOÃO BATISTA**, que este subscreve, daqui para frente denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa _____, com sede na cidade de _____, Estado de _____, na _____, nº _____ - Bairro _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo senhor _____, portador do CPF nº _____, que também subscreve, doravante denominada de **CONTRATADA**, devidamente autorizado nos autos do **Processo Administrativo nº 189/2021 - Pregão Eletrônico nº 039/2021**, têm entre si justo e contratado o que segue:

1. OBJETO DO CONTRATO

1.1 Constitui objeto deste Contrato a **Aquisição de Tubos e Conexões**, com as características e quantidades assim especificados:

.....(descritivo dos itens).....

1.2 A Forma de Fornecimento do objeto deste Contrato é **ÚNICA**.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do fornecimento, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Eletrônico nº 039/2021 e seus Anexos;
- b) Proposta de Preços da **CONTRATADA**.

2.2 Os documentos referidos no item 2.1, são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

3. DOS PRAZOS DO CONTRATO

3.1 O prazo de vigência do Contrato será de 01 (um) ano, iniciando na data de sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, observando o limite estabelecido no parágrafo 4º do art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

4. PREÇO

4.1 O preço para o fornecimento do objeto deste Contrato, é o apresentado na proposta da



CONTRATADA, devidamente aprovado pela CONTRATANTE, tendo os seus valores unitários especificados no item 1.1 (um ponto um) do presente Contrato.

4.2 O preço retro-referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

4.3 Os valores poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, pelo INPC, ou por outro que venha a substituí-lo.

4.4 A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.5 Recurso para pagamento - dotação orçamentária:

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Ação		Dotação		Conferido
13.26.17.512.0025.2116	Ampliação/Manut. da Rede de Água e Esgoto e Drenagem	18	3.3.90	
13.26.17.512.0025.2116	Ampliação/Manut. da Rede de Água e Esgoto e Drenagem	21	4.4.90	

<u>Itens: 04, 05 e 06</u>	<u>Ampliação</u>	<u>Dotação 4.4.90</u>	<u>Ano 2021</u>
<u>Demais Itens</u>	<u>Manutenção</u>	<u>Dotação 3.3.90</u>	

5. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

5.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

6. CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

6.1 A aquisição do objeto far-se-á de forma ÚNICA, conforme a necessidade do SAMAE, que procederá a solicitação através de Ordem de Fornecimento (OF), que será encaminhada dentro do prazo de vigência do contrato.

6.2 Após o encaminhamento e o recebimento por parte do fornecedor da OF, o objeto relacionado na mesma deverá ser entregue **no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias**, após a sua solicitação, em horário de expediente, nas condições estipuladas no Edital e seus Anexos, no seguinte endereço:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO (SAMAE) - Rua João Vieira, nº 189, Bairro Santa Terezinha, CEP 89.114-320, Gaspar/SC.

Horário de Atendimento: 07h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.

6.2.1 PODERÃO SER SOLICITADAS ENTREGAS EM OUTROS LOCAIS NÃO ESPECIFICADOS NESTE EDITAL, FICANDO O FORNECEDOR OBRIGADO A ENTREGAR, DESDE QUE O LOCAL INDICADO SEJA DENTRO DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

6.3 No ato da entrega do objeto a contratada deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.



6.4 Fica aqui estabelecido que os objetos serão recebidos:

- a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) **definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade do material e a consequente aceitação.

6.4.1 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, que se dará em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório.

6.5 Os objetos que forem recusados (tanto no recebimento provisório ou antes do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo definido pelo fiscal do contrato e de acordo com as determinações do Termo de Referência, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

6.6 Se a substituição dos objetos não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas no Edital, no Contrato e na Lei.

6.7 Caso seja comprovado que os produtos entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados à Administração.

7. CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado *em até 20 (vinte) dias*, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo responsável do setor requerente, através de Depósito Bancário ou Chave PIX.

7.2 Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e perante o FGTS.

7.3 Nenhum pagamento será efetuado à empresa enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7.5 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas por culpa da Administração o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC.

8. RESPONSABILIDADES

8.1 A **CONTRATADA** é responsável, direta e exclusivamente, pela execução do objeto deste Contrato e, conseqüentemente responde, administrativa, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a **CONTRATANTE** ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pela **CONTRATANTE**.

8.2 A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei nº 8.666/93.

8.3 As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da **CONTRATADA**.

8.4 A **CONTRATADA** é responsável também pela qualidade dos serviços fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometidos os mesmos, fora dos padrões exigidos.

8.5 A **CONTRATADA** autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 São obrigações da CONTRATADA:

I - Providenciar o fornecimento dos materiais nos endereços indicados na Ordem de Fornecimento, conforme solicitações por parte da Secretaria requisitante e exigências do Edital e seus Anexos, obedecendo às normas técnicas de fabricação e fornecimento dos materiais e os prazos estabelecidos no



Edital.

II - Providenciar, no prazo máximo de 3 (três) dias, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos.

III - Atender prontamente as orientações e exigências do fiscal de contrato, devidamente designado, inerentes à execução do objeto contratado.

IV - Emitir as Notas Fiscais no valor pactuado em contrato, apresentando-a a **CONTRATANTE** para ateste e pagamento.

V - Apresentar os documentos fiscais em conformidade com a legislação vigente.

VI - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

VII - Assumir integral responsabilidade pelos danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, inclusive por acidentes, mortes, perdas ou destruições, isentando o Município de todas e quaisquer reclamações cíveis, criminais ou trabalhistas que possam surgir, conforme o disposto nos artigos 70 e 71 da Lei nº 8.666/93.

VIII - Substituir, sempre que exigido pela **CONTRATANTE** e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público.

IX - Reparar, corrigir e substituir, refazer às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução/fornecimento dos materiais.

X - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

XI - Não transferir para a **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência do contratado, nem mesmo poderá onerar o objeto do contrato.

XII - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do Contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 São obrigações da CONTRATANTE:

I - Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, atestar nas notas fiscais o efetivo fornecimento do objeto contratado e o seu aceite.

II - Efetuar os pagamentos à **CONTRATADA** nos termos do contrato, do Edital e seus Anexos.

III - Aplicar à **CONTRATADA** as sanções regulamentares e contratuais.

IV - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

V - Rejeitar, no todo ou em parte os materiais fornecidos, se estiverem em desacordo com as especificações do Edital e seus Anexos, assim como da proposta de preços da **CONTRATADA**.

VI - Emitir Ordem de Fornecimento para o fornecimento dos materiais pela **CONTRATADA**.

VII - Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.

VIII - Franquear o acesso à **CONTRATADA** aos locais necessários ao fornecimento dos materiais.

IX - Comunicar à **CONTRATADA** todas as irregularidades observadas durante a execução do contrato.

X - Rescindir o Contrato, nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93.

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade do fornecimento e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito



cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da **CONTRATANTE**, especialmente designados, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993.

11.2 A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Edital e anexos.

11.3 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA** ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas neste Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/1993.

11.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666/1993.

12. PENALIDADES

12.1 Às proponentes que ensejarem o retardamento na execução do certame, seja parcial ou total, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar, ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, comportarem-se de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município pelo infrator:

- a) advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;
- b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta apresentada pela proponente;
- c) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos consecutivos.

12.2 Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

12.3 Caberá aplicação da penalidade de advertência nos casos de infrações leves que não gerem prejuízo à Administração.

12.4 Caberá aplicação de multa de até 20% calculada sobre o valor total da Proposta de Preços do licitante ou do valor total do Contrato, nas seguintes proporções e casos:

- a) Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato; Multa de 10%, calculada sobre o valor total da proposta;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame; Multa de 10%, calculada sobre o valor total da proposta;
- c) apresentar documentação falsa exigida para o certame; Multa de 20%, calculada sobre o valor total da proposta;
- d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto; Multa de 10%, calculada sobre o valor total da proposta;
- e) não mantiver a proposta de preços; Multa de 10%, calculada sobre o valor total da proposta;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato; Multa de 20%, calculada sobre o valor total da proposta;
- g) comportar-se de modo inidôneo; Multa de 20%, calculada sobre o valor total da proposta;
- h) cometer fraude fiscal; Multa de 20%, calculada sobre o valor total da proposta;
- i) Em caso de atraso ou não cumprimento dos prazos por culpa da **CONTRATADA**, será aplicada a penalidade de Multa de 0,5% por dia de atraso, até o limite de 10 dias, calculada sobre o valor total do pedido;
- j) Em caso de não providenciar a entrega ou providenciar com mais de 10 dias de atraso; Multa de 10% sobre o valor total do item ou dos itens relacionados na Ordem de Fornecimento.

12.5 Sem prejuízo da aplicação de multa caberá aplicação da penalidade de Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios, nos seguintes prazos e casos:



- a) Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato; 2 (dois) anos mais multa;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame; 1 (um) ano mais multa;
- c) apresentar documentação falsa exigida para o certame; 5 (cinco) anos mais multa;
- d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto; 1 (um) ano mais multa;
- e) não manter a proposta de preços; 1 (um) ano mais multa;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato; 4 (quatro) anos mais multa;
- g) comportar-se de modo inidôneo; 5 (cinco) anos mais multa;
- h) cometer fraude fiscal; 5 (cinco) anos mais multa.

12.6 Em todo caso o licitante terá direito ao contraditório e ampla defesa.

12.6.1 Em respeito ao princípio do contraditório e ampla defesa, poderá o licitante apresentar defesa prévia no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação sobre a irregularidade ou aplicação da penalidade.

12.7 É facultado ao licitante apresentar recurso contra aplicação de penalidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

12.8 As multas sempre que possível serão descontadas diretamente da garantia prestada, dos valores devidos à **CONTRATADA** e caso o saldo seja insuficiente, deverão ser recolhidas via guia de recolhimento emitida pelo Departamento de Tributação, devendo ser comprovada a quitação no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a emissão da guia.

12.9 Caso não seja recolhido o valor da multa no prazo estabelecido, o licitante será inscrito em dívida ativa do Município, sendo o valor executado judicialmente.

12.10 As penalidades de Advertência, Multa e Impedimento de Licitar, poderão ser aplicadas por qualquer Secretário Municipal requisitante.

12.11 Os recursos deverão ser encaminhados à autoridade que aplicou a penalidade, sendo que após sua análise será submetida à Decisão da Autoridade hierarquicamente Superior.

13. RESCISÃO

13.1 A inexecução total ou parcial deste Contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

13.1.1 No caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93, fica assegurado e reconhecido o direito da **CONTRATANTE** ao ressarcimento de eventuais prejuízos ou ônus adicionais decorrentes de novas contratações ou outros gastos imprevistos, além do atraso na entrega dos objetos, conforme art. 55, inciso IX da Lei nº 8.666/93.

13.2 A rescisão do Contrato poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 A **CONTRATADA** assume integral responsabilidade pelos danos que causar à **CONTRATANTE** ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto contratado, isentando o Município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

14.2 Aplicam-se a este Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002 e 8.666/1993, e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

15. VALOR DO CONTRATO

15.1 As partes contratantes dão ao presente Contrato o valor Global de R\$ ____ (...), para todos os legais e jurídicos efeitos.



16. FORO

16.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados, a tudo presentes.

Gaspar (SC), em ____ de _____ de 2021.

CONTRATANTE

(Razão Social)
CONTRATADA

Testemunhas:
